

# APRESENTAÇÃO

“Mulher” é substantivo coletivo que se faz na partilha dos saberes das trajetórias de vida de cada uma, e que se traduz nas experiências que as redes de mulheres constroem. Vivemos em um contexto marcado por uma crescente onda de conservadorismo, bem como pela perda de direitos e por retrocessos. Porém, as estratégias de resistência das mulheres demonstram que há esperança em novos projetos de sociedade, os quais só podem ser elaborados com a articulação entre diferentes setores: coletivos, grupos e indivíduos em suas causas. Exemplo disso é a “quarta onda feminista”, que permite perceber novos desafios e possibilidades nascentes da organização das mulheres. Dessa forma, a partir das questões colocadas no título, *Ser mulher no século XXI: desafios, direitos, conquistas e vivências*, e da temática acerca da mulher, buscamos apresentar diferentes modos de ser mulher.

Somos múltiplas, com experiências e percursos diversos, apesar de termos várias questões em comum, principalmente pelo que nos toca em relação ao gênero. Essa multiplicidade é o que nos permite falar em “mulheres” no plural: indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais, transexuais, mulheres da luta pela terra, trabalhadoras, de ocupações urbanas, negras, além de tantas outras especificidades que se interseccionam, marcam nossos corpos, nossas expectativas e vivências. Mas não apenas questões socioeconômicas, culturais e políticas nos constituem. A subjetividade de cada uma se define nas escolhas, experiências e contextos de cada mulher, o que só pode ser percebido através das narrativas pessoais. Devido a isso, acreditamos em uma escrita feminina não apenas como forma de fazer história, mas como possibilidade de

fortalecimento e reconhecimento das existências e multiplicidades de quem escreve, fala ou corporifica a sua forma de ser mulher.

Tal pluralidade, muitas vezes negligenciada, apagada da História, precisa ser anunciada, valorizada, por meio das vozes de mulheres. Por isso, escrever sobre essa história parte do reconhecimento de uma identidade coletiva, presente não apenas nas individualizações das mulheres que pretendemos ouvir, mas também daquelas que trabalham a fim de tornarem possíveis uma história e uma escrita femininas. Então, a urgência de se aprofundar na política necrófila do atual período e de compreender os jogos de biopoder também passa por identificar as estratégias de resistências, as formas de educação popular, as decolonialidades, os feminismos, a luta pelos direitos humanos, a escola e os diferentes espaços de elaboração sobre gênero.

Nesse contexto, reconhecendo as tensões, demandas e novas configurações que se apresentam para pensar o “ser mulher”, o propósito desta obra é contribuir para compreender e suscitar questões para a continuidade dos estudos e pesquisas sobre esse contexto de permanências e de rupturas, que permeia a diversidade feminina. Para a consecução desse objetivo, consideramos a complexidade e multiplicidade dos temas que compõem o campo de estudos femininos, bem como as distintas realidades, que se apresentam e orientam a produção acadêmica. Para alcançarmos uma obra plural e convergente com a temática central apontada, reunimos pesquisadoras de diferentes horizontes epistêmicos nesta coletânea em função de suas trajetórias nas pesquisas e

estudos que desenvolvem. O resultado está materializado aqui, em importantes análises e reflexões sobre os desafios postos para se pensar o ser mulher no século XXI. A concretização do objetivo da obra somente foi possível pelo trabalho coletivo das pesquisadoras, que, ao aceitarem participar deste projeto, não somente disseram sim para o desafio de tecer análises a partir do fio condutor da obra, como também, generosamente, disseram sim às aspirações mais elevadas para se pensar as demandas femininas, seus desafios, direitos, conquistas e vivências.

Por isso, apresentamos uma obra que abarca artigos divididos em três eixos temáticos. O primeiro deles, "Questões de gênero, concepções, trajetórias e desafios", se inscreve em um processo de abordagem coletiva e, ao mesmo tempo, considera as singularidades das dimensões históricas, políticas e sociais das questões de gênero, em diferentes contextos. A segunda parte, "Educação: caminhos possíveis para a diversidade", aborda a complexidade e a diversidade dos temas que compõem o campo de estudos sobre gênero e educação, bem como as distintas realidades que se apresentam e que orientam a produção acadêmica. Por fim, "Vozes de lutas: resistências e direitos humanos" propõe análises e reflexões sobre os desafios postos na contemporaneidade para pensarmos as lutas e as formas de resistências em torno das questões de gênero, convidando-nos, assim, a uma práxis cotidiana.

A partir desse ponto, passamos a apresentar os capítulos que compõem a primeira seção deste livro.

O primeiro capítulo, “Mulheres, história do trabalho e educação: a representação feminina por meio do jornal *O Labor* (1905)”, escrito por Daniela Oliveira R. dos Passos, Renata Garcia Campos Duarte e Isabelle Guedes Patrocínio, apresenta como objetivo a investigação das relações construídas entre o trabalho feminino e a educação em Belo Horizonte, entre 1897 e 1930, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, a partir da análise do jornal *O Labor*, pertencente à Confederação Auxiliadora dos Operários e publicado em 1905, na capital mineira. O recorte espacial/temporal – a capital mineira de 1897-1930 –, segundo as autoras, justifica-se por ser um espaço eminentemente urbano, em fase de construção nessas décadas. Por isso, era necessária a utilização de mão de obra independente de gênero. A hipótese da pesquisa é a de que não havia oferta de cursos e outros projetos educacionais destinados às mulheres. As referências a elas na imprensa operária de Belo Horizonte, quando ocorriam, davam-se em virtude de sua importância ao bom andamento do lar, ou seja, com ênfase no âmbito do doméstico, não havendo destaque em relação às tarefas exercidas fora desse local.

O segundo capítulo, da pesquisadora Janice Aparecida de Souza, “Existências lésbicas em anos de chumbo”, aborda uma faceta da cena lésbica vivida em Belo Horizonte durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A partir de uma breve mirada no eixo Rio de Janeiro–São Paulo, a autora propõe uma reflexão sobre o silêncio e a invisibilidade que envolveram as relações homoeróticas femininas vivenciadas na capital mineira no período em tela. Os dados apresentados foram coletados em entrevistas em profundidade. Os critérios de

seleção das participantes foram: ter pelo menos 60 anos e ter frequentado os espaços destinados a homossexuais na cidade. A noção de estigma em Goffman (1988)<sup>1</sup> fornece o aporte teórico central na discussão e permite compreender como a estigmatização impregnou as vidas das mulheres ouvidas. De acordo com a pesquisadora, os relatos colhidos descortinam um lado desse universo ainda pouco conhecido e explorado, e trazem à tona algumas alternativas encontradas, que permitiram às lésbicas, atualmente idosas, vivenciarem seus desejos homoeróticos e se sociabilizarem entre iguais. Os guetos encontrados, ou por elas construídos, apresentaram-se como estratégia fundamental e evidenciam, como apontado por Émile Durkheim (1977),<sup>2</sup> a importância da manutenção dos vínculos para a coesão social.

Para finalizar esse primeiro eixo, o capítulo “Corpos indóceis e não retilíneos em produtos culturais representados por mulheres”, de Rafaela Carla e Silva Soares e Lara Vieira Ladeira Coimbra, tem por objetivo compreender como se estrutura socialmente o controle sobre o corpo das mulheres e quais impactos são gerados a partir da análise de produtos culturais de mulheres que não se enquadram no “padrão de beleza eurocêntrico”. Nesse sentido, o texto tematiza a historicidade do corpo, que carrega as representações sociais, culturais e políticas de cada época. Além disso, explora a comercialização de padrões específicos de corpos e os

---

1 GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

2 DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo sociológico*. Tradução de Luz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

impactos atuais da exigência de um corpo que não é real, mas que serve aos lucros da indústria cultural. No trabalho, as autoras ainda abordam a resistência dos corpos e das produções de Melissa Viviane Jefferson – *rapper* conhecida como Lizzo – e a modelo Melanie Gaydos. Assim, as pesquisadoras evidenciam a interseccionalidade presente nas vivências da *rapper* e da modelo. Analisando o material digital disponível na internet, foi possível elaborar a pesquisa que demonstrou que o espaço é, ao mesmo tempo, promotor de novas discussões sobre o tema, mas também regulador de corpos e vivências.

Na segunda seção, que agrupa os capítulos com forte eixo analítico no campo da educação para a diversidade, veremos a intrínseca relação entre os conteúdos analisados anteriormente e os agora tratados neste eixo. No capítulo quatro, “A legitimação dos repertórios socioculturais na redação do Enem: uma leitura da soberania da fonte masculina do conhecimento”, a autora Vanessa Fernandes Biondini analisa um aspecto específico da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): a obrigatoriedade do uso de um repertório sociocultural que dialogue com a argumentação proposta pela(o) candidata(o), a fim de identificar se há vozes femininas sendo usadas como referência para legitimar saberes das mais diversas áreas do conhecimento. O objetivo central é traçar um panorama de quais são os sujeitos que têm legitimado os discursos apresentados pelas escolas brasileiras, a partir da percepção pelo gênero. Para tanto, a pesquisadora caracteriza o que é a prova do Enem, analisando como a escola pode fornecer capital intelectual para contribuir para a autonomia dos sujeitos, tendo em

vista que a massiva opressão de pessoas em desvantagem social – mulheres, negros, índios, LGBTQIA+, sem-terra, entre outros – inviabiliza o alcance da paz, da liberdade e da justiça social, comprometendo, por conseguinte, o papel primário atribuído à educação brasileira. Sendo assim, para que essa autonomia seja construída e alicerçada no reconhecimento da legitimação de discursos, que evidenciam as diferentes vozes do corpo social ao longo da história, a autora afirma que ela deve ser considerada e contemplada pelos conteúdos apresentados nas escolas. Como hipótese, o texto afirma que, todavia, o que frequentemente se tem observado é que o conteúdo apresentado a estudantes nos sistemas de ensino nacionais reforçam pedagogias culturais que ignoram, entre outros fatores, a multiplicidade de vivências de gênero e de sexualidade.

O quinto capítulo desta coletânea é intitulado “Subjetividades do ser mulher no livro didático de matemática: diálogos sobre questões curriculares e gênero”, de Ana Paula Andrade, Fernanda Batista Moreira de Andrade e Rayanna Ceres Maciel de Miranda. A escolha por analisar o livro didático de matemática da educação básica se justifica por se tratar de uma disciplina em que existe uma suposta neutralidade, ou seja, os objetos estudados seriam apenas conceitos numéricos. Entretanto, as subjetividades presentes no livro didático de matemática evidenciam as relações de poder. A partir das análises do ponto de vista do currículo, é possível perguntar: quais conhecimentos são considerados válidos? Ou ainda, quais subjetividades são consideradas válidas? Nesse cenário, as autoras consideram o currículo como uma invenção social e, como tal, um efeito dos jogos de poder e verdade.



Vale ressaltar que a análise desse artigo está fundamentada no filósofo Michel Foucault, por meio do qual é possível compreender que a verdade é produzida por conta de múltiplas coerções e produz na sociedade efeitos regulamentados de poder.

Fechando essa seção, no sexto capítulo, temos uma relevante análise da educação e das relações étnico-raciais. Em “Entre a ausência e a resistência: a presença de professoras negras no Ensino Superior no Brasil”, os(as) autores(as) Ícaro T. de Carvalho, Renata J. do Carmo e Rogéria C. Alves denunciam a ausência de docentes negras atuantes no Ensino Superior no Brasil contemporâneo. Para tal, eles(as) se utilizam de dados estatísticos e evidências de pesquisas reconhecidas sobre a situação de desigualdade social, de raça e gênero às quais estão submetidas as docentes negras no país. Embora o texto apresente dados quantitativos, a pesquisa possui também caráter qualitativo, na medida em que busca analisar os fatores sociais e culturais que contribuem para a existência de tais ausências. A partir dessa proposta, o texto procura identificar e refletir sobre a (re)existência das mulheres negras em ocupar espaços acadêmicos, os quais, por muitos anos, foram identificados majoritariamente por uma elite intelectual masculina e branca. Nessa perspectiva, as(os) pesquisadoras(es) utilizaram-se de dados disponibilizados a partir de censos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ao chegar ao terceiro eixo desta coletânea, pretendemos concluir apenas parte de um caminho, deixando abertos

debates e questões para novos estudos, pois pensar o ser mulher no século XXI ainda diz muito do que precisamos avançar, enquanto sociedade mais igualitária, em direitos e deveres, e mais diversa nas vivências sociais e culturais. Essa seção se abre com o sétimo capítulo, intitulado “‘E eu não sou uma mulher?’: vozes insurgentes das mulheres da diáspora africana no Brasil”, de Juliana Moreira Borges. O objetivo da investigação é apresentar a historicidade da mulher negra brasileira, bem como suas atribuições e resistências insurgentes, responsáveis pela preservação da cultura afro-brasileira. O texto apresenta uma narrativa crítica ao projeto colonizador, responsável pela marginalização das mulheres negras, e convida as(os) leitoras(es) a se aproximarem da proposta decolonial, cuja intenção é ressignificar as perspectivas moldadas com bases europeias. As resistências femininas negras são apresentadas nesse texto como um instrumento de combate ao apagamento histórico e cultural da diáspora africana, compreendendo a voz feminina negra como um importante aliado no resgate ancestral afro-brasileiro.

Já Rayane Silva Guedes, autora do oitavo capítulo, intitulado “‘Tornar-se mulher’: construções de si nos coletivos de resistência”, traz para esta coletânea reflexões sobre as produções do que é ser mulher nos estudos de gênero e como essas perspectivas também se modificam por meio da participação de mulheres em coletivos. Assim, a pesquisadora realiza uma análise dos direitos humanos e da própria tessitura desses valores nas experiências de vida e elaboração de saberes advindos da ação coletiva. Com essa intenção, o texto apresenta a questão do reconhecimento dos saberes

produzidos pelos grupos marginalizados e pelas teóricas feministas como fator primordial para a construção de uma sociedade equitativa e para a afirmação do protagonismo social das mulheres na história, muitas vezes invisibilizadas. Dessa forma, a autora utiliza tanto um recorte teórico das obras *Mulheres, classe e raça*, de Angela Davis (2013), e textos do livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore (2004), quanto de outras referências. Além disso, a autora realiza uma análise exploratória, por meio do método comparativo constante, para investigar, pelo aplicativo Instagram, a atuação de três coletivos de resistência em Minas Gerais, considerando a relevância da rede social como um espaço que tem sido ocupado pela participação feminina e o ciberativismo como característica importante da quarta onda feminista.

Seguindo o eixo central da terceira seção, o capítulo “Pelo reconhecimento da literatura como um direito das mulheres”, escrito por Mariana Cavaca Alves do Valle e Raquel Cristina Baêta Barbosa, encerra a coletânea. O texto tem por objetivo analisar a leitura literária como um direito fundamental, considerando que nossa sociedade é grafocêntrica e exige para a leitura do mundo também a leitura da palavra. Por isso, o letramento como possibilidade de autonomia dos sujeitos e de formação leitora pode potencializar as experiências e transformações nas trajetórias de vida a partir da literatura. As autoras investigaram o contexto e as práticas de leitura literária de mulheres estudantes de uma escola da rede particular de Belo Horizonte, do ensino fundamental e médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa tarefa teve o objetivo de conhecer os elementos que

pudessem influenciar aquelas alunas em sua relação com a literatura, tais como as mediações de leitura, o contexto socioeconômico e histórico, a escola, considerando as especificidades e desafios da EJA, e os marcadores de gênero, raça, classe, profissão, entre outros.

Por fim, vale ressaltar que as mulheres têm muito a dizer de suas experiências, vivências e potencialidades. Por isso, sabemos que esta obra ainda é incompleta. Como ser mulher trans no século XXI? O que dizer da juventude feminina protagonista nos movimentos performáticos e cibernéticos? E as mulheres indígenas? As mulheres com algum tipo de deficiência física, marcadas pelo preconceito do capacitismo? Somos muitas, somos diversas, vivendo em um país de extensão continental, marcado por desigualdades sociais, estruturais, raciais e patriarcais.

E mesmo sabendo que temos muito a dizer, nesta obra, neste momento, apresentamos, enfim, o esforço de algumas mulheres, professoras e pesquisadoras comprometidas com a causa feminina, as quais, com suas constelações de trabalhos, modificam ritmos, trocam passos e constroem novos percursos, visando a um tempo de resistência e de bem viver no decorrer do século XXI.

Daniela Oliveira R. dos Passos

Ana Paula Andrade

Rayane Silva Guedes

*Janeiro de 2022*